



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº	10435.001439/2006-05
Recurso nº	269.385 Voluntário
Acórdão nº	3102-01.213 – 1^a Câmara / 2^a Turma Ordinária
Sessão de	02 de setembro de 2011
Matéria	Concomitância com espera judicial
Recorrente	Irmãos Coutinho Indústria de Couros S/A
Recorrida	Fazenda Nacional

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI

Período de apuração: 05/01/2003 a 06/12/2005

NORMAS PROCEDIMENTAIS. CONCOMITÂNCIA.

Em consonância com a Súmula 01 do CARF: Importa renúncia às instâncias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de ofício, com o mesmo objeto do processo administrativo, sendo cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria distinta da constante do processo judicial.

Recurso Voluntário Negado.

Direito Creditório Não Reconhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso voluntário para negar-lhe provimento.

(assinado digitalmente)

LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO - Presidente.

(assinado digitalmente)

LUCIANO PONTES DE MAYA GOMES - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Luis Marcelo Guerra de Castro (Presidente), Ricardo Paulo Rosa, Luciano Pontes de Maya Gomes, Maria Cristina Sifuentes, Álvaro Almeira Filho e Nanci Gama.

Relatório

Trata-se de recurso voluntário que chega a este Conselho Administrativo de Recursos Fiscais em razão da insurgência do contribuinte epígrafeado contra o Acórdão n.º 11-25.216, da 5ª. Turma da Delegacia Regional de Julgamento de Recife/PE.

Antes que nos debrucemos sobre as razões recursais, é conveniente que previamente revisitemos os atos e fases processuais já vencidas, pelo que passamos a reproduzir o relato empreendido pela DRJ por este assim retratá-las com fidelidade:

O interessado apresentou pedido de ressarcimento de créditos de IPI, com base nos documentos anexados, conforme consta às fls.01/35. O período de apuração dos alegados créditos, no valor de R4 10.322.092,08, foi de 09.01.2004 a 06.12.2005. O pedido se fundamenta no disposto no art.1º do Dl nº491/69, Dl nº 1.248/72, art.3º, §1º, e art.1º da Lei nº 8.402/92, e se refere ao chamado crédito-prêmio de IPI.

O contribuinte foi intimado a apresentar no prazo de quinze dias possível sentença judicial que amparasse seu pedido fundado na existência de suposto crédito-prêmio, porém não houve resposta. Depois de consulta ao sítio eletrônico da Justiça Federal em Pernambuco foi constatada a existência do Processo 2003.83.00.012329-9, originado pelo • Mandado de Segurança nº 88372-PE (fls.40/42), cujo objeto se relaciona com o deste processo administrativo.

Apreciando o pedido, A DRF/CRU exarou o Despacho Decisório nº 244/2007, às fls.44/48, indeferindo integralmente a solicitação de ressarcimento, fundando-se nas seguintes razões principais ora resumidas:

- 1. O benefício pleiteado é o crédito-prêmio à exportação, , introduzido no ordenamento jurídico nacional pelo art. 1º do Dl nº 491/69, porém extinto desde 01/07/83;*
- 2. O AD §. RF nº 31, de 30.03.1999, expressa entendimento oficial de que o crédito-prêmio não se enquadra em qualquer das hipóteses de restituição, ressarcimento ou compensação, previstas na IN SRF nº 21/97, com as alterações determinadas pela IN SRF nº 73/97;*
- 3. Ainda que se considerasse como sendo inconstitucional o Dl nº 1.724/79, que autorizou o Ministro da Fazenda a extinguir o incentivo, este já teria sido extinto em ato legal anterior, pelo Dl nº 1.658/79, a partir de 01.07.1983;*
- 4. Ainda quando se desconsidere o Dl nº 1.658/79, há que se levar em conta que o crédito-prêmio à exportação não foi restabelecido pela Lei nº 8.402/92 e, com base no disposto no*

art.41 do ADCT, da CF/88, o referido benefício fiscal, de qualquer forma, estaria extinto desde 5 de outubro de 1990.

O entendimento oficial da SRF com base na legislação vigente, corroborado por reiterada jurisprudência do STJ, conforme ementas juntadas às fls.46/47, está expresso no Ato Declaratório 31/1999 c/c o disposto no §4º do art.16 da IN SRF 600/2005, pelo que os pedidos de ressarcimento que tomem por base o "crédito-prêmio" instituído pelo Dl 491/69 devem ser indeferidos.

Observa-se que a decisão exarada pela repartição fiscal de origem ignorou a existência de ação judicial com objeto relacionado à matéria deste processo, indeferiu o pedido, e foi cientificada à contribuinte em 29.05.2007. A interessada apresentou tempestivamente sua manifestação de inconformidade em 28.06.2007, devidamente atestado, às fls.65, pela DRF/CRU.

O teor integral da impugnação está às fls.65/75 e pode ser assim resumido:

1. O benefício fiscal conhecido como "crédito-prêmio" foi criado pelo Decreto-lei (Dl) nº 461/69, conforme permitia a Constituição de 1967 então vigente e somente poderia ser extinto por outro diploma legal. Cabia ao Poder Executivo, além de regulamentar a matéria nos limites do texto legal, tomar as providências explicitadas no art.3º daquele Dl.

2. A delegação dada ao Poder Executivo, explicitada no art.3º do referido Dl, somente era possível em face de expressa disposição permissiva na Constituição vigente à época, e assim como na atual Constituição, permitia ao poder Executivo alterar as alíquotas do • IPI, atendidas as condições e limites da lei.

3. Posteriormente, foi editado o Dl nº 1.658/79 prevendo a extinção do incentivo mediante sua redução gradual a partir de 1979 até que se extinguisse totalmente em 30 de junho de 1983; depois veio o Dl nº 1.722/79 que alterou a forma de utilização dos incentivos, e, finalmente, o Dl nº 1.724/79 que delegou competência ao Ministro da Fazenda para aumentar, reduzir ou extinguir incentivos fiscais. Até então se considerava que o benefício em foco seria extinto em junho de 1983, de acordo com o previsto no Dl nº 1.658/79. Porém, em 1981 foi editado o Dl 1.894 que antes de se esgotar o prazo previsto para a extinção, revigorou o crédito-prêmio sem fixar prazo,' estendendo-o a todas as empresas exportadoras, conforme transcrição do art.1º e seus incisos I e II, às fls.72.

4. Com fundamento no Dl 1.724/79 o Ministério da Fazenda baixou diversas Portarias, restringindo o benefício e finalmente extinguindo-o em 1º de maio de 1985. Entretanto, o citado Dl 1.724/79, que estabelecia a delegação ao Ministro da Fazenda, foi declarado inconstitucional pelo extinto Tribunal Federal de Recursos (TER), no julgamento de arguição de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 14/08/2001
Autenticado digitalmente em 24/01/2012 por LUCIANO PONTES DE MATA GOMES, Assinado digitalmente em 02/03/2012 por LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO, Assinado digitalmente em 24/01/2012 por LUCIANO PONTES DE MATA GOMES

Impresso em 17/04/2012 por EUNICE AUGUSTO MARIANO - VERSO EM BRANCO

sustentação legal as referidas Portarias MF editadas com o objetivo de extinguir o benefício fiscal.

5. *Foi nesse mesmo sentido a recente decisão do Plenário do Pretório Excelso:*

"TRIBUTO - BENEFÍCIO - PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ESTRITA. Surgem inconstitucionais o artigo 1º do Decreto-lei nº 1724, de 7 de dezembro de 1979, e o inciso I do artigo 3º do Decreto-lei nº 1.894, de 16 de dezembro de 1981, no que implicarem a autorização do Ministro de Estado da Fazenda para suspender, aumentar, reduzir temporária ou definitivamente, ou extinguir os incentivos fiscais previstos nos artigos Iº e 5º do decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969" (RE 186.359-5/RS, Rel. Min. Marco Aurélio, RIU I de 10.5.2002).

6. *Observe-se que o STF não declarou inconstitucional todo o DL 1.894/81, mas apenas o dispositivo que autorizava a delegação (ao Ministro da Fazenda). Assim não há que se buscar no DL nº 1.658/79 o prazo de extinção do crédito-prêmio, devendo prevalecer o disposto no DL nº 1.894/81 que recuperou o benefício sem fixar prazo, mantendo-o em vigor até hoje, conforme vem entendendo a jurisprudência.*

Pede-se vênia para referir decisão emanada pela própria Administração Federal acerca da matéria, pela Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, na qual restou reconhecido, à unanimidade, o restabelecimento do crédito-prêmio:

"IPI — Crédito-prêmio à exportação de produtos manufaturados.

Restabelecimento da vigência do art.1º do Decreto-lei nº 491/69.

Compensação desse crédito em pagamento de tributos federais (art.66 da Lei nº8.383/91). Dá-se provimento ao recurso".

(2º Conselho de Contribuintes - 3º Câmara, Processo nº 10920.000455/96-12. Recurso Voluntário nº 99.519, Acórdão 203-02836, Rel. Sebastião Borges Taquary; decisão unânime; sessão em 24/10/96).

8. *Registra-se, ainda, que não se aplica ao caso do crédito-prêmio do IPI o disposto no §1º do art.41 do ADCT da Constituição de 1988. É que o caput desse artigo se refere à reavaliação pelos entes federados ***dos incentivos fiscais de natureza setorial*** em vigor na data da promulgação da Constituição, mas o crédito-prêmio de IPI não está enquadrado nessa classificação. Quer se considere a expressão "setorial" como referida a determinada área geográfica (v.g., incentivos na área da SUDENE, SUDAM, etc.), quer seja entendida como caracterizadora do setor de atividade empresarial (primário, secundário ou terciário), o crédito-prêmio de IPI não pode ser considerado como um incentivo setorial, eis que abrange todo o território nacional e alcança todos os produtos industrializados, sem restringir-se a uma atividade industrial específica.*

9. Com a devida vênia, ocorre é que a Receita Federal mais uma vez se furtar em analisar os valores dos créditos da impugnante, escudando-se em instruções normativas inconstitucionais, que determinam o indeferimento in limine de pedidos de ressarcimento, e declarações de compensação, que tenham por base o crédito-prêmio.

Entretanto, o Egrégio Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF/5 aR) vem entendendo que • a Lei 8.402/92, editada em cumprimento ao supracitado dispositivo do ADCT, e retroagindo seus efeitos a outubro/1990 (embora não fosse necessário), revalidou o crédito-prêmio de IPI, conforme ementa transcrita aa fls. 71/72. No mesmo sentido decidiu o TRF/4a R, com ementa transcrita às fls. 72/73.

10. Além do mais, nos autos do mandado de segurança referido na decisão impugnada, AMS nº 88372-PE (2003.83.00.012329-9), o TRF/5 Região decidiu declarar a existência do **DIREITO DE ESCRITURACÃO E APROVEITAMENTO DO CRÉDITO PRÊMIO**, COM ESPECTRO DE EFICÁCIA QUE COMPREENDE OS CINCO ANOS QUE ANTECEDEM AO AJUIZAMENTO, ATÉ A DATA PRESENTE, conforme se depreende da ementa judicial transcrita às fls. 73/75. Portanto, não restam dúvidas acerca da validade do crédito-prêmio de IPI, concedido pelo Dl nº 491/69 e vigente até os dias atuais.

Requer a reforma do Despacho Decisório da DRF/CRU, para que se defira seu pedido de ressarcimento de IPI.

É o relatório.

O Órgão de origem remeteu o processo a DRJ de Recife/PE que, por sua 5ª. Turma entendeu pela existência de concomitância em face da opção do contribuinte pela via judicial, conforme bem observado da ementa do julgado:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI Período de apuração: 05/01/2003 a 06/12/2005 IPI. CRÉDITO PRÊMIO. CONCOMITÂNCIA DE OBJETO COM AÇÃO JUDICIAL EM CURSO.

Não se conhece do mérito porque seu objeto é coincidente com o de ação judicial em curso, devendo prevalecer a decisão judicial que vier a transitar em julgado.

Impugnação não Conhecida

Após regular intimação, o contribuinte então manejou competente recurso voluntário, pelo qual destaca a existência de decisão judicial que lhe teria assegurado o direito ao reclamado crédito prêmio de IPI, asseverando ainda que a não apreciação do seu direito, o qual já entende haver sido reconhecido na esfera judicial, lhe trará uma série de prejuízos posto que seria cobrado em relação aos débitos vinculados ao pedido de ressarcimento.

Voto

Conselheiro Luciano Pontes de Maya Gomes:

Considerando que a manifestação recursal é tempestiva e o tema envolvido é afeto a esta 3^a. Seção, dela tomo conhecimento.

Da análise dos autos fica amplamente confirmado que o contribuinte, ainda antes do pedido de ressarcimento protocolado perante a unidade da Receita Federal do seu domicílio, havia manejado ação judicial com o intuito de lhe ver assegurado o direito ao reclamado crédito prêmio de IPI.

A análise dos documentos constantes dos autos e relacionados ao respectivo processo judicial que tramitou perante a Justiça Federal de Pernambuco tomado sob o n° 2003.83.00.012329-9, e mais a confirmação do contribuinte quanto a discussão judicial a respeito do tema, não deixam dúvidas quanto a coincidência entre os tema lá e aqui discutidos. Qual seja o reconhecimento do direito a manutenção do conhecido crédito prêmio de IPI, com fundamento no art. 1º, do Decreto-lei n° 491/69, Decreto-lei n° 1.248/72, e art. 3º, da Lei n° 8.402/92.

Assim, filio-me as conclusões já esposadas no acórdão recorrido, pois evidente a coincidência entre os temas aqui debatidos e aqueles levados ao Judiciário, pelo que deixo de tomar conhecimento quanto às aludidas matérias, em prestígio, inclusive, o enunciado sumular n° 01 do CARF, assim vazado:

Importa renúncia às instâncias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de ofício, com o mesmo objeto do processo administrativo, sendo cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria distinta da constante do processo judicial.

Ante ao exposto, voto no sentido de conhecer do presente recurso voluntário para negar-lhe provimento, em face da concomitância manifesta entre os temas ora versados e a discussão em curso na esfera judicial.

(assinado digitalmente)

Luciano Pontes de Maya Gomes - Relator